

PODER EXECUTIVO  
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

### **Audiência Pública: Inteligência Artificial e o Futuro da Conectividade – Uma Visão Coletiva**

Foi realizada, na terça (09/04), audiência pública no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para discutir Inteligência Artificial (IA) e o Futuro da Conectividade. Também ocorreu o lançamento da Tomada de Subsídios sobre o diagnóstico setorial da relação entre a IA e a infraestrutura de conectividade; e a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a UNESCO sobre conectividade significativa e inteligência artificial.

O evento contou com a participação dos seguintes convidados:

- **Abraão Balbino**, superintendente executivo da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- **Cristiana Camarate**, superintendente de Relações com Consumidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- **Marcio Lopes Correia**, coordenador-geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- **Marlova Noleto**, diretora e representante da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (Unesco) no Brasil;
- **Carlos Manuel Baigorri**, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- **Senador Eduardo Gomes** (PL/TO), relator do [PL 2338/2023](#) (*Marco Legal de Inteligência Artificial*);
- **Alexandre Zavaglia**, professor diretor da Legal&Tech Design;
- **André Luis de Alcantara**, representante do Instituto Eldorado;
- **José Carlos Rocha**, diretor-executivo de Vendas e Marketing da Vero;
- **Rodrigo Ruiz**, coordenador de projeto e inovação do município de Querétaro no México.

**Abraão Balbino** da Anatel, informou que a Agência está realizando uma transformação interna, com o objetivo de ampliação das telecomunicações e de ser um regulador mais apto a lidar com os desafios do ambiente digital. Nesse sentido, destacou um conjunto de ações específicas em andamento, são elas: Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a UNESCO sobre conectividade significativa e inteligência artificial; e a abertura da tomada de subsídios sobre o relacionamento de inteligência artificial e conectividade.

**Cristiana Camarate** da Anatel, destacou que o país está no meio de uma transformação digital, o que traz uma série de benefícios e desafios. Assim, destacou como um dos maiores desafios atentar para a situação dos grupos vulneráveis e entender suas necessidades para que possam assimilar a transformação digital e serem incluídos nesse processo. Nesse sentido, ressaltou que no planejamento estratégico do órgão regulador, há uma perspectiva voltada para o desenvolvimento de habilidades digitais, tema que será abordado no ACT com a Unesco. Exemplificando, citou que 20% das pessoas desconectadas possuem mais de 60 anos e que o ACT tem uma vertente específica na promoção das habilidades digitais para os idosos. Outro grupo identificado e que será priorizado é o de crianças e adolescentes. Sobre IA, apontou que a comunidade internacional decidiu que este ano os debates serão mais centralizados nos impactos da IA para a sociedade como um todo.

**Marcio Lopes Correia** do MRE, parabenizou o trabalho da Agência na formalização do acordo voltado para a inclusão digital e inteligência artificial. Assim, como Camarate, destacou que o ACT tem o foco na população idosa e em crianças e adolescentes. Ainda sobre o acordo, comentou que a IA vai proporcionar novos horizontes para o mercado de trabalho, para a

educação e para questões de ética no uso da tecnologia. Por fim, salientou que a parceria da Unesco e da Anatel deverá gerar projetos substantivos, propondo que as informações a respeito possam ser divulgadas ao longo da cooperação entre as entidades.

**Marlova Noletto** da Unesco, agradeceu a Anatel pela oportunidade de trabalhar no tema de inteligência artificial. Informou que a Agenda 2030 reconhece o enorme potencial das tecnologias de comunicação e informação para acelerar o progresso e reduzir a exclusão digital. Também afirmou que a Agenda defende que o desenvolvimento do conhecimento seja mais inclusivo, com base nos direitos humanos e igualdade de gênero e no fortalecimento da meta 5B (universalização da internet). Classificou como importante atentar para o fato de que a transformação digital e a conectividade não chegam de maneira igual para todos. Nesse contexto, sugeriu que o Brasil, ao exercer a presidência do G20, aproveite novas oportunidades que devem surgir nessa área. Além disso, destacou que a Unesco assinou junto com os países membros uma [recomendação ética do uso da inteligência artificial](#), adotada pelos 193 países membros. Por fim, informou que será realizado um evento em parceria com o MCTI e o MRE, em 17/04, sobre a recomendação e a estratégia brasileira sobre a inteligência artificial.

**Carlos Manuel Baigorri** da Anatel, comemorou a celebração do Acordo e apontou novos desafios de um ecossistema digital cada vez mais desafiador. Salientou que a mudança que está ocorrendo na Agência tem feito com que as redes de comunicações estejam disponíveis para grande parte da população. Ressaltou que o desenvolvimento das habilidades digitais permite o exercício pleno e significativo da conectividade e destacou que, no caso da inteligência artificial, existe a necessidade de preparar a população para se apropriar dos seus benefícios em um cenário de uso ético desse avanço tecnológico. Concluiu afirmando que é preciso tomar cuidado para que no processo não ocorra o aumento das desigualdades e a potencialização dos desafios.

O senador **Eduardo Gomes** (PL/TO), destacou que nos últimos meses tem feito uma interlocução com os poderes Executivo e Judiciário para tratar sobre o Marco Legal da Inteligência Artificial (PL 2338/2023). Ainda, informou que está trabalhando com o deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE) e com o autor do projeto e presidente do Senado Federal, senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), para a realização de sessão de debates no Senado para discutir a proposição. Nesse ponto, destacou que a pretensão é de que a lei compreenda as imperfeições do processo de legislação do Marco Legal, mas que tenha as noções claras de equilíbrio para sua regulamentação. Assim enfatizou que o intuito é de que a lei regulamentadora da IA seja implementada compreendendo, de forma clara, a necessidade de instrumentos de fiscalização e responsabilização. Adicionalmente, comentou que está sendo discutida a possibilidade de inclusão de um dispositivo sobre o papel das agências reguladoras setoriais para instruir e exercer a regulação da IA. Em complemento, criticou o contingenciamento dos recursos das agências reguladoras, ponderando que esse tipo de ação acaba impactando na capacidade de fiscalização dos setores. Concluiu informando que a perspectiva é de que um texto final do PL 2338/2023 seja aprovado até o fim da presidência do Brasil no G20.

**Alexandre Zavaglia** da Legal&Tech Design, afirmou que a IA é considerada a tecnologia de propósito geral, que tem um grande impacto socioeconômico. No âmbito dos Objetivos Sustentáveis da ONU, disse que o tema é discutido dentro da temática de economia digital, que tem como tripé a segurança da informação, proteção de dados pessoais e uso responsável da IA. Apontou que tem se discutido a questão regulatória da IA em dois modelos diferentes: na Europa, a partir de uma iniciativa do Legislativo, baseada em risco, com interlocução com órgãos setoriais; e nos Estados Unidos, por meio de uma iniciativa do Executivo, com diálogos com agências reguladoras. Além disso, salientou que nos últimos anos ficou claro que a IA é baseada em dados e sistemas de probabilidades, o que mudou as discussões ao tempo em que foi possível entender os limites e cuidados necessários com a tecnologia. Quanto aos desafios para

implementação da IA, apontou para questões éticas, dentre eles, discriminação algorítmica e impacto ambiental e social. Ressaltou ainda a importância de um ambiente regulatório que possa trazer segurança e sustentabilidade aos projetos. Adicionalmente, citou o grupo de trabalho, no âmbito do Poder Judiciário, para debater a IA. Concluindo, respondeu o questionamento de Abraão Balbino sobre quais preocupações as políticas públicas deveriam ter para não impedir a inovação, apontando para a importância de trabalhar o entendimento das especificações técnicas para a modelagem de IA.

**André Luis de Alcântara** do Instituto Eldorado, destacou que a inteligência artificial é um tipo de ferramenta que organiza o conhecimento, destacando que sua aplicação nos diversos setores demanda uma comunicação em tempo real, uma rede de baixa latência e uma grande disponibilidade de dispositivos 5G. Nas telecomunicações, ressaltou que a IA será necessária, entre outros, para promover a segurança cibernética visando a detecção de padrões de ataques, para ampliar a eficiência e qualidade do serviço, bem como antecipar falhas na infraestrutura. Ressaltou que a expectativa é de que ocorra a automatização de processos operacionais para ter provisionamento dos serviços de forma antecipada. Outros aspectos como identificação de tendências de uso, roteamento de tráfego, aumento da eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento tecnológico também devem ser apoiados pelas IAs. Em resposta ao questionamento de Abraão Balbino sobre como a regulação pode auxiliar no movimento de desenvolvimento de novas aplicações, analisou que é preciso de uma regulação específica e liberal para o desenvolvimento de uma tecnologia que não limita o pesquisador, seguido de uma norma de qualidade para atingir os patamares necessários para a produção, bem como da sua homologação.

**José Carlos Rocha** da Vero, salientou que a aplicação da inteligência artificial envolve fundamentalmente aspectos de governança. Exemplificando o uso desse tipo de tecnologia no ambiente de telecomunicações, informou que a empresa utiliza uma plataforma conhecida como *Crystal Ball*, que ajuda a companhia no processo decisório sobre a expansão do fornecimento dos serviços do provedor de internet nos municípios de interesse. Concluindo sua participação, respondeu à pergunta de Abraão Balbino sobre os planos da Vero em utilizar a IA em outros pontos da cadeia de valor, argumentando que as novas aplicações ocorrem de acordo com as demandas dos clientes, sem especificar em que áreas esse tipo de solução será adotada.

**Rodrigo Ruiz** do município de Querétaro/México, também destacou a importância da governança e informou que estão finalizando um polo tecnológico de inovação, centralizado na tecnologia e na inteligência artificial. Ressaltou que um dos principais objetivos é disseminar novas tecnologias. Na sequência, indagou sobre a atuação dos governos da América Latina para criar oportunidades econômicas às empresas, assim como, quais as ações vêm sendo tomadas no sentido da regulamentação da inteligência artificial. Em resposta a Abraão Balbino sobre as condições de infraestrutura e conectividade para uma iniciativa similar, afirmou que é importante a implementação da conectividade 5G, ter um sistema de nuvem eficiente e entender quem são os atores. Para além disso, salientou a importância do intercâmbio de ideias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaminhando para o final do evento, **Abraão Balbino** da Anatel informou a abertura da Tomada de Subsídios para realização de um amplo diagnóstico setorial da relação entre a IA e a infraestrutura de conectividade e coleta de iniciativas que demonstrem o potencial positivo da IA no processo de transformação digital. O prazo para a apresentação de contribuições será de 60 dias.